Discurso da Insensatez

Bernardino Coelho da Silva

Discurso da Insensatez

Clube de Autores

Copyright © Bernardino Coelho da Silva

Direitos desta edição reservados à ZK Editorial Ltda.
Rua Caviúna, nº 9 – bairro José de Anchieta
CEP 29162-272 – Serra – Espírito Santo
E-mail: bsilva.escritor@gmail.com

Plataforma de publicação e venda/distribuição: Clube de Autores
https://clubedeautores.com.br

1ª edição - 2021

Capa
Rafael Gabriel da Cruz
capistarafael@gmail.com

Ficha catalográfica

Silva, Bernardino Coelho da

Discurso da Insensatez. Serra/ES: Clube de Autores, 2021.

480 p.

ISBN 978-65-00-20793-4

1. Imprensa 2. Golpe 3. Covid-19 4. Economia 5. Gabinete do Ódio

Dedico esta obra à minha amiga **Célia Santana Viana**, pelo apoio recebido à continuidade desta minha missão.

O homem sensato adapta-se ao mundo. O homem insensato insiste em tentar adaptar o mundo a si. Sendo assim, qualquer progresso depende do homem insensato.

George Bernard Shaw (1856-1950) foi um dramaturgo e romancista irlandês. Prêmio Nobel de Literatura em 1925.

Sumário

Introdução..... 9

Relação tóxica com a imprensa..... 47

Flertando com a morte..... 79

A má gestão da Economia..... 433

Gabinete do Ódio 449

O golpismo no Planalto Central 454

Enfim... 479

Introdução

A desilusão é a visita da verdade

Chico Xavier (1910-2002) foi um dos mais importantes médiuns do mundo

No dia 10 de fevereiro de 1991, o capitão da Reserva do Exército Brasileiro, Jair Messias Bolsonaro era empossado no cargo de deputado federal, pelo PDC (Partido Democrata Cristão) - sigla pela qual ele exercia o segundo ano do primeiro mandato de vereador na capital fluminense. Bolsonaro foi para Brasília impulsionado por 67 mil votos, vindos, principalmente, da Vila Militar, tendo logo se colocado como porta-voz da categoria na capital federal.

Uma semana depois, o *Jornal do Commercio* publicava na terceira página da edição de final-de-semana, que os militares voltavam "a ter voz no Congresso Nacional" e, segundo Bolsonaro, ele, que "não era de direita nem de esquerda", se achava apto a dialogar com as muitas alas ideológicas que povoavam Brasília, tendo o jornal afirmado que Jair Bolsonaro acreditava que "poderia transitar com

desenvoltura em qualquer partido". E, um dos objetivos do novato com esta postura, conforme o artigo assinado pela jornalista Walquíria Henriques, era conseguir se aproximar de José Genoíno Neto (1946-), ex-guerrilheiro, líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados e "um contumaz crítico dos militares". Bolsonaro acreditava que poderia conseguir o apoio do PT para resolver o problema salarial dos militares e dos pensionistas das forças armadas.

Cerca de seis meses antes de sua posse, cópia do Prontuário de Informação nº 394s/102-A8-CTE, datado de 27 de julho de 1990 e classificado como "Secreto" era protocolado junto ao Gabinete do ministro do Exército, general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, que era vítima de constantes ataques do vereador-capitão R/1 Jair Bolsonaro, que costumava chamá-lo por "notório incompetente", por não conseguir resolver os problemas salariais dos militares.

No referido informe sigiloso constavam fatos em torno da prisão do capitão paraquedista Jair Bolsonaro, por quinze dias, iniciada em 2 de setembro de 1986, por ter elaborado e publicado, na revista *Veja*, "sem conhecimento e autorização de seus superiores, artigo em que tecia comentários sobre a política de remuneração do pessoal civil e militar da União".O informe também abordava fatos envolvendo o referido militar em uma conspiração terrorista denominada "Beco Sem Saída", para explodir bombas em quartéis do Rio de Janeiro e na Adutora da Estação de Tratamento de Água do Guandu, que atende os municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Itaguaí, Queimados e Rio de Janeiro. O objetivo de tal movimento, que poderia ser taxado de terrorista, era obrigar o governo a negociar aumento salarial para os militares.

A revista *Veja* explorou o assunto em bombástica reportagem, onde Bolsonaro, de forma dissimulada, alegava que haveria "só a explosão de algumas espoletas" e

demonstrava em croqui entregue à repórter Cássia Maria Rodrigues, como deveria ser detonado o artefato explosivo com um sistema de bomba relógio.

"Nosso Exército é uma vergonha nacional, e o ministro está se saindo como um segundo Pinochet", teria afirmado Bolsonaro à repórter. O alvo principal do capitão Bolsonaro, àquela época, era o então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015).

Para investigar a conduta de Bolsonaro. O ministro determinou a criação de um Conselho de Justificação e depois fez publicar um editorial intitulado “Caserna, lugar de honra” no “Noticiário do Exército”, através do qual considerava Bolsonaro indigno do oficialato, “ao condenar a mentira como um vírus maligno que corrói a camaradagem”.

O editorial batia firme no capitão Bolsonaro:

> Quem não tem coragem para assumir as responsabilidades pelos atos que praticou e falseia a verdade para fugir a este dever dá abominável exemplo e demonstra, de modo inequívoco, que não está à altura dos valores que são a marca, a força e o orgulho de nossa profissão. [...]

O Prontuário de Informação do capitão Jair Bolsonaro tinha todos os detalhes sobre as movimentações em torno de sua pessoa, desde quando foi preso em 1987. Mas, apesar de ser um documento oficial, foi anexada ao mesmo, no dia 1º de dezembro de 1987, uma carta apócrifa (Informe IF-41), com severas acusações a ele e sua mulher. O documento, intitulado “Ao capitão Bolsonaro: o exemplo começa em casa” foi distribuído na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento deOficiais) a oficiais, docentes, discentes e pessoal administrativo, não tendo sido identificado seu autor.

Ao final de uma série de acusações à esposa do capitão Bolsonaro – Rogéria Nantes Bolsonaro -, o autor anônimo o acusa de contrabandista (sic): “ao invés de fazer

croqui de bombas, escreva quantas vezes você foi ao Paraguai trazer muamba e sobre os seus problemas no Mato Grosso".

Vamos, então, aos demais fatos descritos no Prontuário de Informação do capitão Jair Messias Bolsonaro.

O capitão Jair Bolsonaro, que fazia o curso de Especialização na EsAO foi suspenso no dia 30 de novembro de 1987 e colocado à disposição do Conselho de Justificação que, posteriormente, considerou Bolsonaro culpado e remeteu os autos para análise e decisão do Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

"O Justificante mentiu durante todo o processo, quando negou a autoria dos esboços publicados na revista *Veja*, como comprovam os laudos periciais", escreveram os três coronéis que compuseram o Conselho de Justificação e que condenaram Jair Bolsonaro por unanimidade.[1]

Além disso, o Conselho de Justificação indicou em sua decisão que o capitão Jair Bolsonaro apresentava "desvio grave de personalidade, deformação profissional e falta de coragem moral para sair do Exército". Por esta decisão, de acordo com a legislação militar (Lei n.º 5.836, de 5 de dezembro de 1972), que definia o campo administrativo, como o de atuação do Conselho de Justificação, o parecer deveria ser encaminhado, obrigatoriamente, ao Ministério do Exército, cujo titular poderia acatá-lo ou recusá-lo.

No dia 26 de fevereiro de 1988, o general Leônidas Pires Gonçalves, depois de mais de 20 dias de "cautelosa análise", acolheu sugestão do Conselho de Justificação,

[1] O Conselho de Justificação responsável pelo caso do capitão Bolsonaro foi instalado no dia 8 de dezembro e era composto pelo coronel Marcos Bechara Couto, presidente, e pelos tenentes-coronéis Nilton Correa Lampert, interrogante e relator, e Carlos José do Couto Barroso, escrivão.

decidindo pelo afastamento dos capitães Jair Messias Bolsonaro e Fábio Passos da Silva, pois, segundo disse o ministro à imprensa na ocasião, eles haviam faltado com “a honra e a verdade” – conceitos basilares da instituição -, ao não admitirem a autoria do plano denunciado por *Veja* diante do Conselho de Justificação.

- Honra e verdade. Esta é a base na qual espelhamos todos os critérios para punir esses jovens capitães, que esqueceram uma coisa basilar para nós, que é a verdade. O primeiro item do RDE - Regulamento Disciplinar do Exército diz que não se deve faltar com a verdade, que é a própria honra dos militares.

O Conselho de Justificação emitiu, então, o devido libelo acusatório e a questão foi remetida pelo ministro do Exército ao Superior Tribunal Militar (STM).

- Fizemos um Conselho de Justificação, que decidiu indicar o afastamento destes capitães das Forças Armadas. Eu acolhi a sugestão - afirmou o ministro do Exército -, e remeti ao Superior Tribunal Militar para deliberação.

Depois de concluída a instrução do processo, finalmente, no dia 16 de junho de 1988, o Superior Tribunal Militar se reuniu para o julgamento, tendo Jair Bolsonaro sido considerado, em uma sessão secreta, por nove votos a quatro, “não culpado”, embora fosse a decisão a mais improvável, diante de tantas evidências objetivas, incluindo a análise grafotécnica feita pela Polícia Federal, que comprovou ser do capitão Jair Bolsonaro as anotações nos croquis onde se pretendia explodir os artefatos explosivos.

Em contraponto ao revisor do processo que pediu a absolvição do capitão Bolsonaro, o ministro José Luiz Clerot, o considerou culpado e afirmou que estava em jogo naquele julgamento a mentira do réu, a quem atribuiu, sem sombra de dúvida, ter sido o autor dos croquis.

> (...). Nunca, nem antes de 64, se não me falha a memória, um capitão teve a coragem de afrontar um chefe militar. Naquela reportagem, o esboço, como pode ser visto, foi publicado mostrando a adutora do Guandu, que abastece a água do Rio de Janeiro e o croqui de uma bomba junto à tubulação. Será que esta jornalista, que está aqui presente, é capaz dessa engenhosidade? O que está em jogo aqui é a mentira do capitão Bolsonaro. Esta é que está sendo examinada. É indiscutível que estes fatos ocorreram. Não tem dúvida. (...)

O episódio, que marcaria o fim da carreira militar de Jair Bolsonaro e o início de sua vida política – vereador no Rio de Janeiro - é narrado no livro "O cadete e o capitão", do jornalista Luiz Maklouf Carvalho, do *Estadão*. O jornalista analisou mais de 700 páginas do processo e 31 arquivos com as gravações inéditas da sessão do julgamento no STM que absolveu Bolsonaro. O livro levanta sérias dúvidas sobre a absolvição e questiona uma provável armação "para livrar o capitão" no julgamento final, talvez em retribuição à sua luta por melhores salários para a "família militar".

Em 29 de julho de 1988, o capitão Jair Bolsonaro lançou sua candidatura à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tendo sido eleito, em 15 de novembro daquele ano, com 11.062 votos. A partir de sua posse, Jair Bolsonaro foi transferido para o quadro da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro. Ele, entretanto, ficaria no cargo de vereador por muito pouco tempo, pois, em outubro de 1990, sua estratégia político-eleitoral seria vitoriosa e ele, em sua primeira tentativa – candidatando-se pela Aliança Liberal Trabalhista conseguiu conquistar a soma de 67.056 votos, tendo sido o sexto deputado mais votado do Rio de Janeiro.

Em plena sexta-feira, 1º de fevereiro de 1991, Bolsonaro tomava posse para o seu primeiro mandato como deputado federal e iria atuar no Congresso Revisor da

Constituição, tendo como uma de suas metas principais, continuar sua luta pela melhoria de salários dos militares.

Na época, Bolsonaro se definia como um democrata, e como já visto, sem se posicionar se era de direita ou de esquerda, justificando que essa não ideologização permitiria que ele transitasse com liberdade junto a qualquer partido.

- Nem direita, nem esquerda e sim, o direito, afirmou Bolsonaro em discurso proferido na Câmara dos Deputados no dia 5 de março de 1991.

E completou:

- Como militar, afeito ao exercício diário de disciplina e do permanente adestramento técnico, nunca dei maior ênfase à ideologia. Por formação castrense, entendia e entendo o Brasil como minha ideologia.

Neste mesmo dia, o jornalista Alexandre Garcia, no artigo “A lei e a baioneta”, publicado no jornal *O Fluminense*, destacava que o deputado, em entrevista concedida ao jornal brasiliense *BSB Brasil* teria feito a seguinte afirmativa em relação à questão dos baixos soldos militares:

> Se o Judiciário, Executivo e Legislativo não se preocupam com a categoria [militar], por motivos diversos, eu levaria uma mensagem muito simples à tropa que, logicamente, muitos não gostariam: a baioneta, o que seria uma briga aberta ou uma subserviência eterna. A escolha é dela.

E Alexandre Garcia comentou a fala de Bolsonaro:

> Por muito menos, o deputado Márcio Moreira Alves foi cassado em 1968, e o Congresso fechado. Os deputados juram cumprir a Constituição e nela está escrito que as Forças Armadas são organizadas na base da disciplina e hierarquia para defender as instituições, a lei e a ordem. Um deputado pregar a baioneta como alternativa é muito grave. Não sei se a Câmara vai dar importância à declaração e

aplicar as sanções do regimento interno. O que se deve lamentar é esta falta de cultura democrática.

Bolsonaro, em sua luta para conseguir melhoria salarial para os militares sempre usou da tribuna da Câmara dos Deputados para atacar a situação salarial do funcionalismo público e pressionar os parlamentares para engajarem nesta sua luta. Mas, às vezes – aliás, como nos dias atuais -, ele costumava usar um humor um tanto tosco em suas falas de péssima articulação e lógica

- Assim como algumas pessoas acham que o cólera é uma doença sexual, pois teve origem num país que se chama Peru, algumas autoridades brasileiras - no caso o Sr. Presidente da República - pensa que a recessão, a inflação e tudo o que de mal acontece no Brasil têm origem no que se paga aos funcionários públicos civis e militares da União.

Bolsonaro usou seus primeiros anos de mandato parlamentar para erguer a bandeira de luta por melhoria salarial dos militares e das pensões, fazendo assembleias com militares da reserva e mulheres de militares da ativa.

Uma grande manifestação aconteceu no dia 27 de abril de 1992, mas não foi bem-vista nem pelo general Newton Cruz, que tinha bom relacionamento com Bolsonaro, inclusive tendo comparecido à sua posse como vereador do Rio de Janeiro.

O general Newton Cruz falou sobre a manifestação:

- O Bolsonaro está errado em colocar mulheres de quepes pedindo aumento salarial para os seus maridos. O quepe é uma coisa sagrada. Eu, quando era coronel, quantas vezes fiquei um fim de semana com a minha mulher sem ter onde arranjar dinheiro. Até arrombar os cofrinhos dos meus filhos eu arrombei, mas jamais fui indisciplinado.

Até o ex-deputado federal, Márcio Moreira Alves, que fazia uma palestra a um seleto grupo de militares, sobre “A

nova Ordem Mundial e as Estratégias para o Brasil" disse que repudiava qualquer comparação entre o "Moreira Alves de 1968 e o deputado Jair Bolsonaro de 1992":

> O Bolsonaro não é o Márcio de 1968. Eu era apenas um jornalista engajado no processo político e Jair Bolsonaro é um líder sindical corporativo, que se arrisca a criar um conflito físico, uma briga de rua com seus comandantes. Mas agora, felizmente, muita gente, de um lado e de outro trabalha para que isto não aconteça. [2]

No dia 13 de maio de 1992, o então senador por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, publicou na imprensa um longo artigo intitulado "Bolsonaro e o fantasma autoritário" – onde ele não citava sequer uma vez o nome de Bolsonaro além do título -, onde fez um alerta sobre o

[2] **Márcio Emanuel Moreira Alves** (1936 -2009) - jornalista e político brasileiro. É lembrado como o provocador do AI-5, ao proferir no início de setembro de 1968, como deputado, um discurso no Congresso Nacional em que convocava um boicote às comemorações do Dia da Independência do Brasil e solicitava às jovens brasileiras que não namorassem oficiais do Exército. Em função do tom, considerado radical, de seu discurso, o Ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva enviou à Câmara de Deputados um pedido de autorização para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado, mas, em votação realizada em 12 de dezembro, o pedido do governo foi rejeitado por 216 a 141, com quinze abstenções. Nesse mesmo dia, Márcio Moreira rapidamente abandonou o recinto da Câmara e desapareceu, exilando-se depois. A represália do governo foi violenta: na manhã seguinte, foi convocado o conselho de segurança nacional e editado o Ato Institucional Número Cinco, considerado o mais duro ato institucional editado durante o Regime Militar. Márcio teve o mandato imediatamente cassado pelo AI-5 e deixou clandestinamente o país ainda em dezembro de 1968, exilando-se no Chile, onde ficou até 1971. Em 1971, foi para Paris, onde se doutorou pela Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris. Em 1974, mudou-se para Lisboa, onde ficou até 1979. Com a chegada da Lei da Anistia, em 1979, Márcio voltou ao Brasil e passou a colaborar, até 1986, com o jornal *Tribuna da Imprensa*

momento de estabilidade política do Brasil e os eventos ocorridos no Chile, de Pinochet, e no Peru, de Fujimori - reproduzido em parte -, com claras indiretas ao deputado Jair Bolsonaro e suas constantes falas contra a democracia:

> Quando já praticamente ninguém imaginava que pudessem ocorrer quebra nas regras democráticas na América Latina, as ameaças na Venezuela e o golpe branco de Fujimori no Peru voltam a alertar que estamos longe de uma 'consolidação democrática'.
>
> Sei que é confortador imaginar que 'no Brasil é diferente'.
>
> Confortador e enganoso. Quantas vezes ouvi em Santiago, quando eu lá vivia no exílio, durante o governo de Frei, que essa história de 'quartelada' jamais ocorreria em um país com a tradição democrática do Chile... E, não obstante, até hoje, no coração da democracia chilena está cravada a espada constitucional de Pinochet. [...]
>
> Hoje, o País vive um clima de liberdade, mas também de indefinição institucional. A Constituinte de 1988 não respondeu às grandes questões de como organizar melhor a democracia.
>
> Como, além disso, vivemos em uma sociedade de massas carentes e desinformadas, não é difícil perceber os riscos do 'fujimorismo'.
>
> Não é de espantar que vicejem os salvadores da pátria. Por sorte, para nós, Collor não é Fujimori: ele respeita a Constituição, tenta governar com os partidos e insiste em dialogar. Se Lula tivesse sido eleito, talvez com maiores dificuldades, também teria resistido bravamente a 'fujimorizar-se'. [...]

Ainda em maio de 1992, a Comissão de Constituição e Justiça declarou o deputado federal Ricardo Fiúza inocente das acusações lançadas contra ele durante a CPMI [dos Anões] do Orçamento.Salvo o mandato, Ricardo Fiúza anunciou que deixaria a vida pública, renunciando em

setembro daquele ano ao mandato e não tendo se candidatado à reeleição no pleito de outubro de 1994.

Em “Carta Aberta ao Congresso Nacional”, o Movimento Gaúcho Anticorrupção, formado por militares da Reserva, afirmava que o Congresso merecia o título de “Pocilga de Brasília” dado pelo deputado Jair Bolsonaro, diante da declaração do deputado Hélio Bicudo de que Ricardo Fiúza fora absolvido devido a um acordo entre o PMDB e o PFL.

O trabalho que o deputado Jair Bolsonaro fazia em defesa dos militares, o levou a eleger, em outubro de 1992, sua mulher, Rogéria Nantes Bolsonaro. Ela foi eleita para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pela legenda do PDC, que fez dobradinha com o PDS na coligação “Rio em defesa da vida”, com 7.758 votos. Como era de se esperar, sua maior votação se concentrou em áreas de famílias de militares, como em Marechal Hermes, Realengo, Bangu e Campo Grande, na Zona Oeste, onde Jair Bolsonaro foi seu grande cabo eleitoral.

No dia 10 de maio de 1993, Bolsonaro, mais uma vez, liderou um protesto reivindicatório, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, ao que a imprensa denominou de “Caras Pintadas Militares”, porque cerca de 500 mulheres de militares, com as caras pintadas e usando quepes militares participaram da manifestação, que reivindicava reajuste de 97% nos salários.

As mulheres, vestidas de preto, portavam faixas e cartazes com frases como: “Antes sobreviver em qualquer regime a morrer nessa democracia”. A passeata partiu da Catedral de Brasília, parou na Praça dos Três Poderes, depois em frente ao Estado-Maior das Forças Armadas e, por fim, em frente ao Palácio do Planalto, onde Bolsonaro discursou, sob os aplausos da multidão.

A edição do dia 22 de maio de 1993 do jornal *O Fluminense* deu espaço à fala do deputado Jair Bolsonaro, que disse não pregar a volta da ditadura, mas que se houvesse um golpe de Estado, ele viria “por um anseio popular, pois o povo não aguentava mais conviver com uma democracia irresponsável” - coisa que ele insiste até os dias atuais, doido por uma oportunidade para golpear de morte a nossa jovem Democracia.

E Bolsonaro não ficaria somente nisso. Um mês depois, ele comprava briga com seus pares e com parte da imprensa, que não deixava de criticá-lo pelas suas atitudes. A razão era que ele havia defendido abertamente o fechamento do Congresso Nacional e a volta dos militares ao poder, diante dos numerosos escândalos de corrupção envolvendo parlamentares de todos os partidos, que se arrastavam desde o governo Collor e, desde 1992, com inúmeras denúncias contra membros da Comissão Mista do Orçamento da União, acusados da inclusão de emendas parlamentares não aprovadas em plenário, e desvio de muito, muito dinheiro público, em conluio com empreiteiros, prefeitos e governadores.

Em seu discurso, Bolsonaro, afirmou:

- Notamos que, lamentavelmente, o Poder Legislativo está à beira da falência. Assim sendo, logicamente, a situação que reina no País pode ser modificada de uma hora para outra. Diria mais: não existe golpe, "fujimorização" ou sequer regime de exceção sem a falência do Poder Legislativo. E estamos à beira da falência. Basta fazer uma pesquisa de opinião para saber disso. E aos que estão radicalizando comigo - vou até mais avante - sugiro que façamos um plebiscito para sabermos o que o povo, que é soberano, acha do atual papel do Congresso Nacional. Senhor presidente, a atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e

da ordem, conforme previsto no art. 142. Mas essa desordem e descumprimento da lei, só acontecem, logicamente, após a falência do Poder Legislativo. O que tenho feito nas minhas reuniões é alertar para isso, exatamente. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que o Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está próximo.

Nas Forças Armadas, apesar de muitos oficiais concordarem com a situação pintada por Bolsonaro, alguns chegaram a afirmar à imprensa que o deputado não os representava e que, para muitos deles, a representação parlamentar era de péssima qualidade, dizendo que a maioria dos políticos pensava primeiramente em seus próprios interesses, mas que isto não implicava, necessariamente, em ter que mudar tal situação à força. “Nossa Revolução é pelo voto”, teria declarado um oficial-general, dizendo acreditar na necessidade de mudança na representação política.

O *Jornal do Brasil*, que circulou no dia 26 de junho de 1993, trazia um artigo da editoria jornalística, intitulado “O Último Passageiro” atacando o “conspirador” comportamento do deputado Jair Bolsonaro:

> Em seu Português estropiado, o deputado Jair Bolsonaro (PPR-RJ) pediu no Plenário da Câmara o fechamento do Congresso para acabar com a “Democracia irresponsável”. Utiliza-se da liberdade para tramar sua destruição. Depois de décadas de ditadura, propõe uma “Ditadura responsável”. Não está exatamente exercendo o direito de opinião, está pedindo a conspiração e incitando a sedição.

Bolsonaro também esteve alinhado com a esquerda, quando o assunto era a Privatização. E isto iria se destacar em 1996, com Bolsonaro cumprindo o segundo ano do seu segundo mandato parlamentar. E ele era sempre procurado

pela imprensa para falar sobre o tema, como nesta entrevista concedida à jornalista Luzia Lobato, da *Tribuna da Imprensa*.

- Como o senhor está vendo esta onda neoliberal que está entregando a soberania brasileira?

- Eu tenho a coragem de votar o que eu quero no meu partido. Nunca sofri ameaça de expulsão, de retaliações. Eu sou um deputado que cuido da minha vida e dos meus eleitores com toda a independência. Eu acho realmente que o Brasil está marchando para o entreguismo. Estamos saindo da condição de quintal do mundo para a de pocilga do mundo. E a culpa é exclusivamente de nosso governante.

O ano de 1997 também foi marcado pela aprovação da reeleição para Presidência da República, ferrenho sonho de Fernando Henrique Cardoso, que não mediu esforços para conseguir mudar a regra do jogo. Ele queria ter condição de continuar por mais quatro anos à frente do Governo Federal. E o deputado Jair Bolsonaro seria uma das vozes dissidentes, pois já vinha, desde muito, denunciando a corrupção e o entreguismo do governo FHC. Mas a maioria foi levada a votar e aprovar a Emenda Constitucional, que dava a FHC a possibilidade de um segundo mandato.

Bolsonaro foi um dos poucos deputados federais a votar contra a Emenda Constitucional que instituía a figura da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos municipais e, por isso, repetiria, duas décadas depois, a promessa de que, se eleito presidente da República, trabalharia para acabar com o instituto da reeleição. Tanto lá, como cá, era tudo balela...

Em março de 1997, Bolsonaro, como “bom polemista” queria ser eleito para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, mesmo sabendo que não tinha a mínima chance de vitória.

A colunista do jornal *O Fluminense*, Estela Prestes, publicou uma nota a respeito do assunto, que ela titulou de "Uma cópia caricaturada", onde ela afirmava que Bolsonaro teria dito que se fosse eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos iria presidi-la "com o cassetete e o fuzil em cima da mesa" dizendo então que ele seria o Ratinho[3]do Congresso Nacional e, pior, com grandes chances de ser líder em audiência.

De acordo com o *Jornal do Brasil* do dia 14 de março de 1998, o deputado Jair Bolsonaro teria dito como ele agiria na Presidência da Comissão de Direitos Humanos:

- Essa Comissão só sabe defender o direito de marginais e bandidos, e eu vou acabar com isso. Pretendo presidir essa Comissão com o fuzil e o cassetete em cima da mesa, para acabar com essa história de um grupelho de parlamentares, que faz da Comissão uma bandeira. Temos que pegar todos esses vagabundos aqui do Rio de Janeiro e colocar na Amazônia para trabalhar.

Bom, hoje, muitos estão se refestelando em Brasília...

Já o jornalista Aziz Ahmed afirmou que Bolsonaro, neste episódio de escolha da nova Comissão de Direitos Humanos era "o homem incerto para o lugar errado", já que nem ele acreditava em sua eleição. Ahmed lembra que Bolsonaro era "a favor da pena de morte, da prisão perpétua e da tortura de traficantes". Então, como atuar na Comissão de Direitos Humanos? Ahmed ainda citou a colunista Vanda Célia que teria escrito a respeito da disputa pela Presidência da CDH: "Depois de Jair Bolsonaro na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, só falta a Câmara dos

[3]Carlos Roberto Massa, apresentador do Programa do Ratinho, que varia de notícias informativas, mas muita atração caricata, exibido pelo SBT. Na época, o Ratinho apresentava um programa policial na Rede OM/CNT.

Deputados escolher o Sérgio Naya para a Comissão de Ética".[4]

E, por causa de tamanhas asneiras, Bolsonaro foi várias vezes ameaçado de cassação do seu mandato. Até os índios chegaram a pedir a cassação do deputado Jair Bolsonaro. Isto ocorreu no dia 16 de abril de 1998, quando participantes do 1º Encontro Nacional dos Pajés, pediram à Procuradoria-Geral da República (PGR) que cassasse o mandato de Bolsonaro por este ter pregado o extermínio dos índios ao dizer que "a cavalaria brasileira não foi tão eficiente como a americana, que exterminou os índios".

A fala desastrosa de Bolsonaro ocorreu no dia 12 de abril de 1998, mas se engana quem pensa que ele, depois de tantos anos aprendeu a respeitar os indígenas. No dia 23 de janeiro de 2020, ele brindaria o brasileiro com esta pérola: "Com toda a certeza, o índio mudou, está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós".

Em função da insistência de Jair Bolsonaro em se candidatar à Presidência da Comissão de Direitos Humanos, o então cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e mais 159 personalidades criticaram tal pretensão em uma carta que foi publicada pela *Folha* e que também servia de protesto contra a nomeação do general Ricardo Fayad para a subdiretoria de Saúde do Exército - ele teve atuação em órgãos de repressão do regime militar.

No dia seguinte, Bolsonaro usou a tribuna da Câmara dos Deputados para protestar contra o cardeal-arcebispo,

[44]**Sérgio Augusto Naya** (1942-2009) foi um empresário, engenheiro e ex-político brasileiro, tendo sido deputado federal pelo estado de Minas Gerais, filiado ao Partido Progressista (PP). Tornou-se nacionalmente conhecido em função do desabamento do Edifício *Caso Palace II*, que resultou na morte de oito pessoas e deixou cerca de 150 famílias desabrigadas.

tendo-o chamado de desocupado, vagabundo e mega picareta. Entre outros impropérios, Jair Bolsonaro disse que “Dom Paulo Evaristo Arns deveria se recolher à sua insignificância e ao seu trabalho demagógico”.

E sobrou até para Fernando Henrique Cardoso:

- Existe outro mega picareta chamado dom Paulo Evaristo Arns, que teve a cara-de-pau de publicar carta aos leitores do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, assinada por mais 159 desocupados e vagabundos como ele, criticando minha possível eleição para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos. Apela a Fernando Henrique Cardoso para que tome as providências legais a fim de que eu não assuma a Presidência daquela importante Comissão, que defende os direitos humanos de vagabundos como ele, Dom Paulo Evaristo Arns, que parece que tem as chaves da porta do céu. Mas, na verdade, as chaves que ele tem na cintura são da porta do inferno.

Problema pouco é bobagem. Em maio de 1999, Jair Bolsonaro se envolveria em mais uma polêmica e essa lhe traria mais dor de cabeça e ameaça de cassação. E tudo motivado por respostas dadas por ele em uma entrevista transmitida na madrugada do dia 23, na *TV Record*, no *Programa Câmera Aberta* - em um dos blocos, com cerca de 10 minutos de duração -, mas com grande impacto, levando a emissora a reprisá-lo, quatro dias depois.

A *TV Record* não só reprisou a entrevista com Jair Bolsonaro, como também incluiu, na reapresentação do programa, a oportunidade de os expectadores darem sua opinião a respeito da proposta de cassação do deputado.

Perguntado sobre a relação do Congresso Nacional com a corrupção, Bolsonaro afirmou, sem meias palavras, que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal deveriam

ser fechados porque só serviam para aprovar coisas de interesse do governo federal:

- Não funciona. E tenho certeza de que, pelo menos, 90% da população ia fazer festa, ia bater palmas. O Congresso Nacional, hoje em dia, não serve para nada, só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, dê logo o golpe, parte logo para a ditadura. Bolsonaro ainda disse que o regime militar deveria ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar por Fernando Henrique Cardoso e completou:

- Através do voto você não muda nada neste país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, no dia em que partirmos para uma guerra civil aqui dentro e fazendo o trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30 mil, começando pelo FHC, não deixar ele fora não, matando! Se vão morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente. Eu até fico feliz se morrer, desde que vão 30 mil outros, outros, junto comigo

Sobre eventuais consequências pela repercussão de sua fala, Bolsonaro afirmou:

- Eu tenho mais medo de ser impedido de falar o que penso do que ter o meu mandato cassado. Além disso, minhas declarações estão protegidas pela imunidade parlamentar, prevista no artigo 53 da Constituição Federal. Se posso criticar a imprensa e a OAB, por que eu não poderia criticar o Congresso e o Executivo?

Voltando dois anos no tempo, no dia 9 de junho de 1997, o mesmo deputado Jair Bolsonaro era entrevistado pelo *Programa Câmera Aberta* sob a direção do jornalista Jair Marchesini e ao lado de Eurico Miranda (PPB), Carlos Santana (PT) e Carlos Minc (PT). Na oportunidade, o deputado Jair Bolsonaro assim falou sobre o papel de alguns parlamentares na corrupção que grassava no Congresso:

- Tem muitos parlamentares que recebem uma denúncia e vão depois barganhar, vão pegar a fita e vão barganhar: “me dá isso, me dá aquilo” que a gente joga esta fita fora. [...] O Poder Público, hoje, de maneira geral, está aí para achacar, para assaltar, para roubar o povo. E digo mais: o nosso Parlamento, lá em Brasília, só existe para dizer que existe Democracia.

Bolsonaro, apesar de todas as ameaças de cassação e do tanto que a imprensa cobrava dele atitudes mais civilizadas, não se emendava e, volta e meia, tinha de provocar alguém. Foi o que aconteceu no dia 16 de junho de 1999, quando o deputado foi ao Serviço Médico da Câmara dos Deputados para pegar um resultado de exames que ele havia feito e lá encontrou diversos jornalistas na porta:

- Quem está sendo atendido aí? Perguntou a um dos repórteres que cobria o Congresso Nacional.

- É o ex-padre José Antônio [de Magalhães] Monteiro.

- É nisso que dá torturar e não matar. [Ele se retira]

O ex-padre José Antônio Monteiro estava na Câmara dos Deputados para depor à Comissão de Direitos Humanos sobre sua prisão em agosto de 1970, pelas forças de repressão do governo e acusava o novo chefe da Polícia Federal, João Batista Campelo, de tê-lo torturado. Ele havia sofrido uma crise hipertensiva, ficando três horas sob os cuidados médicos da Casa.

Em seu depoimento, Monteiro afirmou que, quando foi preso em 1970, ele foi colocado no pau-de-arara por Campelo e que o delegado acompanhou sessões de tortura contra ele. O delegado Campelo confirmou a prisão, mas negou qualquer tortura.

Mas logo, Bolsonaro estava de volta ao Serviço Médico portando diversas fotos de corpos de militares mortos por guerrilheiros e disse aos jornalistas:

- Estes crimes são os que deveriam estar sendo investigados. A situação do País seria muito melhor hoje se a ditadura tivesse matado mais gente.

- O senhor fez exame de sanidade mental? Perguntou um jornalista a Bolsonaro.

- Eu estou 100% bem, respondeu Bolsonaro.

Bolsonaro, que defendia o regime militar brasileiro com tanto vigor, já teve o ex-ditador Hugo Chaves como um de seus ídolos e isto pode ser comprovado pela entrevista que ele concedeu ao jornal *Estado de S. Paulo*, no dia 4 de setembro de 1999, sete meses depois da posse de Hugo Chaves como presidente da Venezuela. Reveja a entrevista concedida ao jornalista Dida Sampaio, da *Agência Estado*, e que teve o título "É uma esperança para a América Latina":

- O que representa Chaves?

- É uma esperança para a América Latina e gostaria muito que esta filosofia chegasse ao Brasil. Acho ele (sic) ímpar. Pretendo ir à Venezuela e conhecê-lo. Quero passar uma semana por lá e ver se consigo uma audiência.

- A qual figura história ele remete?

- Ao marechal Castelo Branco [primeiro presidente do Brasil no Regime Militar, entre 1964 e 1967].

- Por que ele é admirável?

- Acho que ele vai fazer o que os militares fizeram no Brasil em 1964, com muito mais força. Só espero que a oposição não descambe para a guerrilha, como fez aqui.

- O que o senhor acha de os comunistas apoiarem Hugo Chaves?

- Ele não é anticomunista e eu também não sou. Na verdade, não tem nada mais próximo do comunismo do que o meio militar. Nem sei quem é comunista hoje em dia.

E parece que Bolsonaro continua pensando igual, pela boa relação que vem construindo com as esquerdas brasileiras, apesar dele usar o anticomunismo para angariar simpatia de eleitores de extrema direita, de intervencionistas, anticomunistas e outros.

Chegava o Natal de 1998 e Bolsonaro participaria de um evento triste, que era o enterro do ex-presidente da República, general João Baptista Figueiredo, no Cemitério São Francisco de Assis, no Caju, Rio de Janeiro.

A cerimônia fúnebre contou com todas as honras militares, mas sem a presença de políticos civis, incluindo o presidente FHC que, mesmo estando no Rio de Janeiro, preferiu mandar uma coroa de flores e pedir ao comandante do Exército, general Gleuber Vieira, que o representasse.

Bolsonaro estava presente, pelas fraternas ligações que mantinha com o ex-presidente e com seu irmão, o general Diogo Figueiredo. Na oportunidade, o deputado se manifestou com relação à abertura política:

- Acho que a abertura foi um erro, porque o que havia de pior na política brasileira retornou ao País e esses políticos mergulharam o Brasil na corrupção.

Três dias depois, ele participaria de outro evento no Rio de Janeiro, desta feita, no Clube da Aeronáutica. Foi um almoço promovido em desagravo ao ex-comandante da Aeronáutica, brigadeiro Walter Bräuer, que havia sido demitido por FHC, com a criação do Ministério da Defesa, que foi entregue a um civil.

O almoço contou com a participação de cerca de 650 pessoas, num momento em que o governo era bombardeado de todos os lados, com o *Impeachment* do FHC sendo pedido pelas autoridades militares, como o brigadeiro Ivan Frota que disse à imprensa, entre outras coisas: “isso aqui é só a ponta do iceberg”.

Embora não oficialmente, outros oficiais graduados se manifestaram livremente e até o deputado Jair Bolsonaro conversou com os repórteres que cobriam o evento e, mais uma vez, o foco era o presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem Bolsonaro dedicava toda sua ira:

- Eu fuzilaria o presidente. Porque cada crime merece uma pena, e uma pessoa que administra o Brasil como ele vem fazendo, não merece outro fim. Eu odeio o Fernando Henrique Cardoso.

E, por isso, o deputado Jair Bolsonaro chegava ao final de seu terceiro mandato com mais uma ameaça de cassação junto à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e o motivo era sugerir - pela terceira vez -, o fuzilamento do presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Questionado de todos os lados por suas, no mínimo, indelicadas palavras, Bolsonaro assim tentou se explicar, embora sem muita ou nenhuma lógica:

- Tenho direito de me expressar, ou não tenho? Se o presidente não gostar, o problema é dele. O governo que administra o País sem responsabilidade merece a pena máxima. E mais: o inciso 47 do art. 5º da Constituição Federal admite a pena de morte em caso de guerra declarada, o que, para mim, é o caso. Ele está fazendo a guerra mais sórdida; com a caneta na mão. Merecia ser fuzilado. Foi somente isso que eu disse.

Bolsonaro ainda fez, na ocasião, uma estranha e bizarra comparação entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ditador Adolf Hitler:

- Acho que Hitler foi mais benevolente que FHC. Ele colocava as pessoas em câmaras de gás e elas morriam em cinco minutos. Nós vamos morrer em oito anos. É uma pena de morte que ele está aplicando a nós.

O assunto cassação de Bolsonaro renderia ainda muita discussão, no Congresso Nacional e na imprensa, por causa do tom extremamente agressivo de suas declarações em relação a fuzilar Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, José Carlos Aleluia (PFL-BA), entendia que a fala de Bolsonaro, infelizmente, refletia o que uma grande parte da população brasileira pensava e que, se a eleição fosse naquele mês, ele, com certeza, seria reeleito.

Nas eleições de 2000, Bolsonaro conseguiu emplacar a candidatura de seu filho Carlos Bolsonaro a vereança do Rio de Janeiro, para retirar da política a sua então ex-mulher Rogéria Nantes Bolsonaro. Carlos Bolsonaro foi eleito.

Mas não foi uma derrota que Rogéria aceitaria tão facilmente. No dia seguinte à divulgação do resultado das eleições, ela não foi trabalhar e teve de ser sedada, depois de “passar mal”, de acordo com sua assessoria, que reforçou o ataque a Jair Bolsonaro:

- O deputado Jair Bolsonaro manipulou a propaganda eleitoral do Carlos, botando sua própria foto no santinho do rapaz de 17 anos, para induzir o eleitor a imaginar que estivesse votando nele.

Em 2002, o deputado Jair Bolsonaro tentou emplacar modificação na legislação penal, reduzindo a maioridade penal. No dia 6 de junho, a esquerda colocou nas galerias da Câmara dos Deputados mais de 500 meninos e meninas de rua vestidos com camiseta com a frase “Não à Redução da Idade Penal”. Ao defender a redução da maioridade penal, o deputado Jair Bolsonaro foi vaiado pelo grupo levado pela esquerda. A garotada ficou de costas para a tribuna, enquanto Bolsonaro discursava.

Nas eleições de outubro de 2002, Jair Bolsonaro (PPB) foi reeleito para a Câmara dos Deputados com 88.945

votos.[5] Ele, entretanto, teve 13.948 votos menos que nas eleições de 1998, mas isto se justificava porque outros militares de peso entraram na disputa eleitoral, já que a meta da "família militar" era ampliar a representatividade da categoria em Brasília.

Jair Bolsonaro, quem diria, apoiou Lula nas eleições presidenciais de 2002 e também apoiou o nome de Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para ocupar o cargo de Ministro da Defesa. "É um nome excelente, e é nacionalista", afirmou o deputado federal Jair Bolsonaro, em referência a Rebelo.

No dia 11 de novembro de 2003, o deputado Jair Bolsonaro e a deputada petista Maria do Rosário, se agrediram verbalmente no Salão Verde da Câmara dos Deputados e por pouco não acabou em "vias-de-fato". Tudo, porque, Bolsonaro, que estava dando uma entrevista à *Rede TV*, expressou seu apoio, por demais conhecido, de redução da maioridade penal e a deputada, que aguardava sua vez para falar com a repórter, interrompeu Bolsonaro, antes que ele acabasse a entrevista.

- Se a senhora é contra a redução da maioridade penal, pega aquele estuprador de São Paulo [Champinha, que matou um casal de estudantes em Embu] e leva para a sua casa.

- O senhor é que promove essas violências.

- Eu que promovo estupros?

- É! O senhor promove sim.

- Grava aí que eu promovo estupros. Grava aí.

[5] **Flávio Bolsonaro** (PPB), na época com 20 anos, foi eleito deputado estadual do Rio de Janeiro, com 31.293 votos. Em retribuição ao apoio recebido do pai para a sua campanha, Flávio mandou tatuar no braço esquerdo o rosto de Jair Bolsonaro.

- É o senhor. Eu tô vendo isto.

- Grava! Grava aí que eu sou estupra...

- Quem defende a violência é o senhor!

- Eu sou es-tu-pra-dor agora?

- É. É.

- Olha: eu jamais iria estuprar você porque cê não merece.

- Olha: eu espero que não...

- Se é esse.... Se é esse o papo...

- Porque senão eu lhe dou uma bofetada...

- Dá que eu te dou outra. Dá que eu te dou outra! [Empurrando a deputada]

- Mas que barbaridade!

- Dá que eu te dou outra!

- O senhor tá me empurrando!?

- Dá que eu te dou outra.

- O senhor tá me empurrando!? Que é isso?

- Dá que eu te dou outra!

- Olha aqui seu segurança!

- Tá? Dá que eu te dou outra.

- Mas, o que é isso? Mas, o que é isso?

- Cê me chamou de estuprador?

- Desequilibrado! Desequilibrado!

- Vagabunda!

- Mas, o que é isso? O que é isso? O que é isso aqui? Desequilibrado! O que é isso, desequilibrado?

- Ah... Vai dizer agora que você é uma coitada, agora?

- Mas o que é isso? Mas o que é isso? Mas o que é isso? Mas o que é isso?

- A sua família é que é de estuprador de menores. A sua família...

- Mas o que é isso? Mas o que é isso?

- Ainda bem que ela gravou tudo ali...

- Mas o que é isso?

- Chora agora! Chora agora! Chora!

Maria do Rosário saiu do Salão Verde chorando e depois representou na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados contra o deputado Jair Bolsonaro, que acabou não dando em nada, porque a própria Comissão, depois de ver várias vezes a gravação da indecorosa contenda verbal, entendeu que fora a deputada a causadora da confusão.

No dia 10 de dezembro de 2004, o deputado Jair Bolsonaro e seus filhos Flávio (dep. estadual) e Carlos (vereador) deixaram o PTB e, em solenidade realizada no Palácio da Cidade – local de trabalho do prefeito municipal do Rio de Janeiro –, se filiaram ao PFL, com o intuito de juntar forças para a eleição do candidato César Maia, com promessas do senador Jorge Bornhausen, presente ao evento, de “refundar a legenda”, inclusive com a mudança do nome e da sigla.

Menos de quatro meses depois de ter se filiado ao PFL, Jair Bolsonaro já estava pronto para deixá-lo. O motivo era que o líder de seu partido na Câmara, deputado Rodrigo Maia, não o havia indicado para a Comissão de Defesa Nacional, da qual havia participado nos últimos 14 anos. E, mesmo depois de Rodrigo Maia ter voltado atrás, Bolsonaro preferiu deixar o partido, com este desabafo à imprensa:

- Não fui indicado nem para suplente da Comissão e, se não sou atendido nem mesmo em uma área que domino que adianta estar em um partido que não me dá espaço? Consegui integrar a comissão através do PP. Quero deixar o

partido sim, mas não vou sair atirando em ninguém. Posso dizer apenas que o problema do PFL é que o [prefeito] César Maia não mantém contato com os parlamentares e agora, que é presidente nacional do partido, todo espaço da TV fica com ele. Se é assim hoje, será que no horário eleitoral terei de mendigar para ter espaço garantido?

Por isso, Bolsonaro retornou ao seu partido anterior PPB, mas que tinha mudando a legenda para PP (Partido Progressista) com supressão da Letra “B”.

No dia 19 de janeiro de 2005, mais uma vez, o deputado Jair Bolsonaro anunciava, no Rio de Janeiro, que sairia candidato à Presidência da Câmara dos Deputados e justificou que esta sua decisão seria para evitar que o candidato do governo, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) disputasse sozinho.

De acordo com Bolsonaro, os outros três candidatos – Virgílio Guimarães (PT-MG), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Severino Cavalcanti (PP-PE) -, poderiam ceder às pressões partidárias e eles seriam susceptíveis a negociar a retirada das candidaturas. “Eu sou cabeça dura; vou importunar o PT”. Bolsonaro disse ainda que sabia até onde poderia chegar com a sua estratégia: “não tenho esperança de derrotar o Greenhalgh, mas não quero votar em branco e quero ser uma opção para os outros deputados que também não querem”.

Embora reconhecendo que sua chance era próxima de zero, Bolsonaro protocolou candidatura ‘avulsa’ à Presidência da Câmara dos Deputados, dizendo que era uma candidatura de protesto e que ele seria o anticandidato, sem plataforma política de campanha.

Vinte minutos de acusação. Era esse o título da entrevista com o deputado Jair Bolsonaro, candidato à

Presidência da Câmara, feita pelo jornalista Elmano Silva, para o *Correio Braziliense*, do dia 14 de fevereiro de 2005.

- Por que o senhor quer ser presidente da Câmara?

- Busco a independência da Câmara e a valorização do parlamentar. Não podemos ficar a reboque do Executivo. Hoje o Congresso se comporta como se fosse um ministério desprestigiado do governo de Luis Inácio Lula da Silva.

- Quais as medidas que o senhor pretende implementar caso seja eleito?

- A começar, pela aprovação do orçamento impositivo. Do jeito que está não pode ficar. Pretendo também fazer as propostas dos parlamentares chegarem ao plenário da Câmara para votação.

- Que tipo de projeto o senhor acha que deve ter prioridade?

- Os projetos que estabelecem a maioridade aos 16 anos, por exemplo. Tem umas quinze propostas no Congresso. Uma delas é minha.

- Como o senhor pretende ganhar a eleição para a Presidência da Casa?

- Eu não vou pedir voto no deserto; eu sei que eu não tenho voto. Quero usar meus vinte minutos no plenário para contar como o Greenhalgh defendeu os sequestradores do Abílio Diniz e o que ele fez para enterrar o caso da morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel.

Claro, ele não tinha voto. Aliás só teve dois: o dele e do deputado Alberto Fraga, do PMDB.

O deputado Jair Bolsonaro, no dia 13 de abril de 2005, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que aprovou o parecer do deputado Sérgio Miranda (PCdoB–MG) favorável à Proposta de Emenda Constitucional que proibia o Nepotismo nos três Poderes, classificou a

discussão em torno da PEC do Nepotismo como uma verdadeira hipocrisia. Bolsonaro disse que, apesar de não ter qualquer parente trabalhando com ele naquele momento, quem deveria decidir se o nepotismo era certo ou errado deveria ser o eleitor.

O deputado Jair Bolsonaro aproveitou a presença da mídia, para protestar contra a Emenda Constitucional:

- Isso é palhaçada. Em alguns casos, o nepotismo é válido. Aliás, esta proposta tem de proibir não só a contratação de parentes, mas também de amantes de autoridades. Eu não quero blindagem para chegar ao Rio de Janeiro e dizer que eu votei contra o nepotismo. Isso é demagogia E as amantes vão ficar de fora dessa relação? Todo mundo sabe que tem amantes de pessoas do Executivo trabalhando aqui.

E continuou justificando ser contra o fim do nepotismo:

- Essa proposta não vai moralizar nada. A despesa não vai diminuir porque o número de cargos vai continuar igual e quem quiser vai pôr uma terceira pessoa para trabalhar em seu gabinete como “laranja” de um familiar:

O jornalista Mauro Braga, que assinou a coluna *Fato do Dia,* do jornal *Tribuna da Imprensa*, que circulou no dia 16 de abril alertava sobre a necessidade de se criar, ao mesmo tempo em que se aprovava a PEC contra o Nepotismo, dispositivos que vedassem a ascensão de parentes de políticos a cargos públicos burlando o concurso público:

- [...]. Os filhos, sobrinhos, primos, maridos e mulheres – não podemos deixar de fora também os amantes, como bem lembrou o deputado Jair Bolsonaro – aumentam a fortuna da família e, geralmente, não têm qualquer competência para ocupar o cargo. Já, a grande perda que teria Bolsonaro era a sua atual mulher, Michelle Bolsonaro, que trabalhava em seu Gabinete!

Para que ninguém nunca se esqueça: 2005 foi o ano em que a corrupção e a lavagem de dinheiro começaram a ser, de fato, destrinchada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, a partir da traição de Roberto Jefferson – hoje, aliado de Bolsonaro -, a seus comparsas. Não que ele estivesse arrependido pelos R$ 4 milhões que embolsou no esquema do mensalão, comandado pelo governo Lula, mas porque ele foi contrariado em suas reivindicações, nas negociatas que fazia com o governo para seu partido, o PTB, votar a favor de projetos de interesse do Planalto.

Roberto Jefferson é hoje um dos grandes aliados e defensores do presidente Jair Bolsonaro.

Bolsonaro foi reeleito, em outubro de 2006, para o seu quarto mandato, com o total de 99.700 votos. Seu filho, Flávio Bolsonaro, também se saiu vitorioso nas urnas, reelegendo-se para o cargo de deputado estadual do Rio de Janeiro com 43.099 votos.

O deputado Jair Bolsonaro, em toda sua carreira política, se notabilizou por criar fatos polêmicos e inusitados. Por exemplo, em junho de 2006, ele apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 354/06, pela qual se estabeleceria a cota de 50% das vagas da Câmara dos Deputados para negros e pardos. De acordo com o *Jornal do Commercio*, o deputado justificou seu projeto com o argumento de que, “a cada dia, se tornam mais frequentes as ações afirmativas que buscam a inclusão de minorias e setores excluídos da sociedade”.

Segundo ele, “a Câmara deveria ter, de forma proporcional, representantes de todos os segmentos sociais”. Mas, pasmem: o deputado Jair Bolsonaro encerrou a justificação deste seu projeto de lei afirmando que “mesmo sendo autor do projeto, por coerência, votaria contra a matéria”.

Polêmica sempre foi com ele mesmo...

Aliás, Bolsonaro construiu sua carreira política em cima de controvérsias e *fale news*. Em maio de 2009, ele afixou um cartaz em seu gabinete que deixaria a esquerda furiosa. O texto fazia alusão à abertura dos arquivos da ditadura e a busca dos mortos da Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB, onde atualmente é o Estado do Tocantins. O cartaz tinha um cachorro com um osso na boca e a legenda: Quem procura osso é cachorro.

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) fez um discurso contra o cartaz no plenário. Deputados que estavam próximos disseram que a deputada foi provocada por Bolsonaro, que teria lhe dito que haveria problema em achar os "terroristas" mortos, pois eles teriam sido enterrados em cova rasa e comidos pelos porcos. Em seguida, Bolsonaro disse que sentia pena dos porcos.

Por causa desse cartaz, o PCdoB pediu, no dia 28 de maio de 2009, a instauração de um processo disciplinar contra o deputado Jair Bolsonaro.Por telefone, Bolsonaro assim se explicou para o UOL: "Esses terroristas foram fazer o que lá? Pescar lambari? Não, eles foram tomar o poder".

O ano de 2010 foi rico em discussões e o deputado Jair Bolsonaro sempre era citado pela imprensa, como no caso da renovação do acordo do Brasil com a ONU para manter tropas de paz no Haiti, o funcionamento de uma provável Comissão da Verdade reivindicada pelo Movimento Tortura Nunca Mais, as muitas discussões em torno da Lei da Palmada, a luta contra a distribuição pelo governo do kit contra a homofobia nas escolas públicas, que Bolsonaro chamou de "kit gay".

Mas Bolsonaro não era um "Dom Quixote" nessa luta contra o tal "kit gay", já que o embate teve o apoio da Frente Evangélica e de muitos de seus apoiadores. A Frente Evangélica se mobilizou para impedir a distribuição do kit e

uma petição chamada “Somos contra o maior escândalo no país, o Kit Gay” circulou para coletar assinaturas de pessoas que eram contra a distribuição de tais kits. Fez-se muito barulho, mas o resultado foi pífio, pois pouco mais de 38 mil pessoas assinaram tal petição.

Muitos desses temas polêmicos persistiram na pauta dos debates em anos posteriores, como o kit gay e Comissão da Verdade “ou da Mentira”, como gostava de dizer o deputado Jair Bolsonaro.

No caso das tropas brasileiras no Haiti, Bolsonaro defendia que o Brasil não deveria renovar o acordo com a ONU. Para ele, as Forças Armadas estavam sucateadas e o Brasil não deveria continuar ajudando outros países e não perdeu a oportunidade: “Sou a favor de um controle de natalidade lá. A única diversão no Haiti é fazer filho”.

Até então, Bolsonaro havia sido denunciado 20 vezes à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Destas, em seis vezes foi enquadrado nas hipóteses de perda do mandato, mas em nenhuma houve votos suficientes para tal.

Em 29 de junho de 2011, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, decidiu pelo arquivamento de mais um processo contra o deputado Jair Bolsonaro, depois de muito bate-boca entre os envolvidos:

– Sou parlamentar com P maiúsculo e não com h minúsculo de homossexual, disse Bolsonaro dirigindo-se ao deputado Jean Willys (PSol-RJ).

– Sou homossexual com H de Homem, mais homem que o senhor, retrucou o deputado Psolista.

Depois da vitória por dez votos contra sete, o deputado Jair Bolsonaro afirmou que “o Conselho de Ética era formado por sua maioria de heterossexuais que defendiam a família”, tendo arrancado aplausos dos presentes.

O filho de Jair Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro (PP-RJ) disparou no *Twitter*: “Chuupa Viadada. Bolsonaro absolvido. Viva a liberdade de expressão”.

Em 2014, o deputado Jair Bolsonaro, então com 59 anos, teve a maior votação a deputado federal do Rio de Janeiro, com 464.572 votos, ou 6,07% do eleitorado carioca.

Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), filho do deputado Jair Bolsonaro foi eleito, pela primeira vez, nas eleições de 2014, concorrendo pelo Partido Social Cristão (PSC), tendo alcançado o total de 82.224 votos. Seu irmão, Flávio Bolsonaro, foi reeleito deputado estadual do Rio de Janeiro, pelo Partido Progressista (PP) com 160.359 votos (2,07%).

Em fins de abril de 2014, o deputado comunicou a direção do Partido Progressista (PP) sua vontade de concorrer à indicação da legenda para disputar a Presidência da República. E Bolsonaro foi taxativo: “Eu espero ser atendido neste meu pleito”.

Contudo, a direção do PP preferiu integrar a coligação de nove partidos em torno da candidatura à reeleição da petista Dilma Rousseff obrigando Bolsonaro a adiar seu projeto de candidatura presidencial. Mas ele não deixou por menos e disparou no *Twitter*:

- Mesmo sem deliberar através do voto a cúpula do PP [Ciro Nogueira] resolveu, na mão grande (cheia de...) apoiar a reeleição da Dilma. Agora, com o apoio do meu partido, a quadrilha ganha 1 minuto e 20 segundos para contar suas mentiras no horário eleitoral. Agradeço o apoio e a atenção de vocês. Confesso que também tinha esperanças. O sonho, por enquanto, fica adiado.

No dia 14 de abril de 2015, Bolsonaro, discursando na Convenção Nacional do Partido Progressista, pediu ao seu presidente, senador Ciro Nogueira (PI), que o liberasse, sem perda do mandato, para se transferir a outro partido, onde

pudesse construir a sua candidatura à Presidência da República. “No partido onde estou dificilmente serei candidato sequer para o Senado”, reclamou.

Ainda em 2015, o deputado Jair Bolsonaro procurou o general Antônio Hamilton Mourão, então secretário de Economia e Finanças do Comando do Exército, e disse que poderia precisar dele a qualquer momento “pois queria um vice de absoluta confiança”. O general Hamilton Mourão nada lhe respondeu, nem comentou o assunto com qualquer de seus pares. “Fiquei quietinho”, revelaria o general Mourão anos depois. Contudo, para Mourão, o deputado Jair Bolsonaro havia feito uma boa leitura dos resultados das urnas e estas, com certeza, “haviam mostrado que a onda esquerdista estava se esgotando e que as pessoas queriam um novo jeito de fazer política”.

Era então esperar que o ano de 2018 chegasse...

Bolsonaro, na luta por viabilizar sua candidatura à Presidência da República, conseguiu deixar o Partido Progressista - sem perda de seu mandato -, em março de 2016, quando entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 91, que criou a janela partidária ou também chamada ‘carinhosamente’ de “janela de traição consentida”. Assim, aproveitando da oportunidade, ele se transferiu para o Partido Social Cristão (PSC), presidido pelo pastor Everaldo Dias Pereira, levando com ele os seus três filhos políticos.

A partir de então, Jair Bolsonaro deu partida às suas andanças pelo Brasil e exterior, para se apresentar como um futuro postulante a candidato à Presidência da República, com a pregação de ideais nacionalistas, centrado na necessidade de retomada do crescimento econômico, no combate à corrupção, na geração de empregos e renda, na defesa da família, de uma educação de qualidade e sem ideologia e outros temas.

Alheio à manifestação negativa de parte da mídia, mas consciente da aceitação pública de sua candidatura - medida pelas grandiosas recepções que sempre teve em todas as cidades visitadas durante os anos de 2016 e 2017, além de já contar com uma imensa rede de apoiadores virtuais -, Bolsonaro então deixou o PSC, de forma amigável, no dia 9 de agosto de 2017.

Em princípio, a ideia era ir para o Partido Ecológico Nacional (PEN), que mudaria o nome para Patriotas – o que chegou a ser anunciado, porém não foi concretizada tal transferência. Mas, ele acabou decidindo pelo Partido Social Liberal (PSL), onde passou a ter poder de mando para construir sua candidatura à Presidência da República.

O processo eleitoral, de outubro de 2018, foi realizado em clima de grande tensão, diante de uma classe política envolvida, quase que em sua completude, com o crime organizado, com a corrupção, com a lavagem de dinheiro, com a improbidade administrativa, com um sem fim de deslizes morais e éticos que tem levado figurões da República para a prisão.

Entretanto, por força do chamado “foro privilegiado”, muitos ainda se mantêm à solta e permitindo ir à cata de votos, centenas e centenas de malfeitores da vida pública, que, através do sufrágio popular, costumam permanecer sob as bênçãos da impunidade instituída, quase como regra, pelo Supremo Tribunal Federal, onde ministros de plantão agem contra a própria Justiça e em prol de seus corruptos de estimação, já tendo ministro daquela corte denunciado, em 2018, que no Supremo Tribunal Federal, se distribui senha para ganhar *habeas corpus* de juízes amigos do crime de colarinho branco.

Outro grande problema é que os caciques dos partidos, normalmente com mandatos eletivos, têm prioridade na

formação das chapas concorrentes, além de definirem quem vai ou não ser candidato e, com isto, eles não permitem a entrada de concorrentes de peso para tomar-lhes o lugar. Esta é uma grave distorção do sistema eleitoral brasileiro e que não parece ter solução em breve tempo, porque as leis são feitas por pilantras diretamente interessados na manutenção do *status quo*.

Além de tudo isto, é relevante apontar que a campanha eleitoral do adversário de Bolsonaro, Fernando Haddad (PT-SP), foi comandada de dentro da carceragem da Polícia Federal de Curitiba, onde o ex-presidente Lula, condenado, em um primeiro julgamento, a doze anos e um mês de prisão, em regime inicialmente fechado, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, dava as cartas de como seus asseclas “ainda soltos” deveriam agir e tocar a campanha política, em grande parte, como se ele fosse o real candidato, mascarando o jogo eleitoral.

O deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PSL) foi o grande vitorioso, tanto no primeiro turno, quando obteve 46,03% dos votos válidos e Fernando Haddad (PT) com 29,28%, quanto no segundo turno – ainda sem poder se expor em público, por conta de seus problemas de saúde -, quando ampliou a sua vantagem contra o petista, se sagrando vencedor do pleito com 55,13% dos votos válidos, tendo ficando Fernando Haddad com 44,87%.

Foi, com absoluta certeza, a vitória contra a corrupção mais festejada de todos os tempos no Brasil e Bolsonaro ganhou, além do direito à faixa Presidencial, a grande responsabilidade de mudar os destinos de uma Nação, atolada em sua maior crise política e econômica. Pelo menos, era isto que estava na cabeça e no voto da grande maioria de seus eleitores. Uma grande parte, porque corroborava a agenda de direita defendida por Bolsonaro, mas também, muitos eleitores que acreditavam em sua

promessa de lutar contra a corrupção e contra a violência nas grandes cidades.

E Jair Messias Bolsonaro, aos 63 anos, se tornou o 38º presidente da República Federativa do Brasil, tendo sido diplomado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 10 de dezembro de 2018, com grandiosa posse ocorrida na tarde do dia 1º de janeiro de 2019.

Nunca havíamos tido no Brasil uma eleição, com tantas pessoas discutindo política e, em sua grande maioria, formada por jovens, o que deu ainda mais esperança em um futuro melhor, porque estavam sendo forjados cidadãos e isto poderia refletir em um governo que viesse atuar em sintonia com os anseios de nossas crianças e jovens, que precisam de uma educação de qualidade, de perspectiva de emprego e oportunidade de empreender e ajudar o país a superar seus problemas internos, no que tange a uma melhor distribuição de renda e o combate à pobreza, à violência e a discriminação de toda espécie.

O que a maioria do povo brasileiro também esperava era ver Bolsonaro superando suas falhas, principalmente, quanto a tanta polêmica criada em seus 27 anos de Parlamento e continuasse a se pautar pela honestidade tão propalada e simplicidade e também, que mirasse em seus erros e, aprendendo com eles, contribuísse para uma definitiva “virada de página” na história de nosso país, que merece viver dias melhores de paz e prosperidade.

Infelizmente, não foi o que vivenciaríamos nos dois primeiros anos de seu mandato presidencial. Bolsonaro não assumiu, de fato, a Presidência da República, mas continuou agindo como se candidato ainda fosse. E pior: levou para o Palácio do Planalto uma horda de assessores que pensava igual a ele sobre inimigos ocultos, como se em cada canto estivesse sendo preparada uma conspiração. E, como na

campanha eleitoral, esta turma continuou a alimentar as redes sociais com notícias falsas para atacar seus adversários ou a quem eles elegiam como inimigos. Este processo ficou conhecido como “Gabinete do Ódio” e foi motivo de investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito e pelo Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro fez em muito pouco tempo, todas as besteiras possíveis e inimagináveis, com ataques grosseiros à mídia, ao Congresso Nacional, a seu partido político e por aí afora, até que vendo quase inviabilizada a sua permanência no Palácio do Planalto, foi obrigado a cair nos braços do Centrão e abraçar aquilo que ele tanto prometeu combater: o toma lá, dá cá, além – e também por isso mesmo – de abandonar toda estratégia de apoio ao combate à corrupção, se aliando aos maiores corruptos da República e retirando o apoio para a Operação Lava Jato.

Bolsonaro decidiu, por livre e espontânea vontade, cavar a própria sepultura, orientado por uma turba de terraplanistas que ele levou para dentro do Palácio do Planalto, como conselheiros ideológicos; por permitir que seus filhos atuassem informalmente no governo e comandassem uma estrutura criminosa chamada “Gabinete do Ódio”; por querer ter sempre a palavra final em tudo, mesmo no que nada entende; por agir contra o interesse da maioria dos brasileiros atacados pela covid-19 ao abandonar a ciência para flertar com a morte, por querer continuar com suas polêmicas sem fim e pelo discurso golpista, insensato e que deveria ter ficado apenas nos livros de história.

Você verá aqui, os principais fatos que envolveram o presidente Jair Bolsonaro nos dois primeiros anos de seu governo ou desgoverno. Leia e reflita!

1

Relação tóxica com a imprensa

Imprensa é oposição. O resto é armazém de secos & molhados.

Millôr Viola Fernandes [1923-2012] foi um desenhista, jornalista, escritor, humorista, dramaturgo, poeta e tradutor brasileiro.

Desde que tomou posse no dia 1º de janeiro de 2019, o presidente da República Jair Bolsonaro passou a falar com os repórteres todas as vezes que saia e chegava ao Palácio da Alvorada. E isto, mesmo tendo como porta-voz do governo o general-de-divisão Otávio Santana do Rêgo Barros, que chefiou o Centro de Comunicação do Exército, além de ter participado da Missão de Paz no Haiti, com comprovada experiência e respeito dos profissionais de imprensa, pela sua postura e habilidade no trato das questões postas, sempre com muita educação e respeito, mesmo quando a pergunta era embaraçosa.

Enquanto isso, o presidente Jair Bolsonaro sempre se dirigia aos repórteres com arrogância e grosseria, além de instigar o grupo de apoiadores que ficavam à sua espera na entrada do Palácio da Alvorada para agredir verbalmente os profissionais, a ponto de alguns dos repórteres terem se afastado por receio de agressão física.

O diretor para a América Latina da *ONG Repórteres Sem Fronteiras*, o jornalista Emmanuel Colombié, criticou a queda do Brasil no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa de 2019, com o país passando para o 105º lugar:

"É a pior classificação do país desde 2015", disse o diretor para a América Latina da RSF. Ele explicou o recuo por uma série de fatores, como a violência contra jornalistas, fato que já havia sido observado em relatórios anteriores.

Com o título “A mecânica do medo”, o documento da ONG Repórteres Sem Fronteira fez uma análise profunda do exercício da liberdade de imprensa e as condições de trabalho dos profissionais do jornalismo.

> O que mais contribuiu para a deterioração do exercício livre do jornalismo no Brasil foi a atualidade política, principalmente no período eleitoral, marcada pela proliferação de estratégias de desinformação e um discurso público orientado pela crítica à imprensa, que gerou um sentimento geral de desconfiança em relação ao jornalismo e aos jornalistas. Essa desconfiança frequentemente se materializa em discursos de ódio, campanha de difamação e processos judiciais que acabam estimulando a autocensura.

Colombié ressaltou que levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), detectou mais de 150 ataques contra jornalistas registrados somente no período da campanha eleitoral de 2018.

> A chegada ao poder do presidente Jair Bolsonaro veio acompanhada de um discurso de ódio generalizado, não só pelas equipes dele, mas também por seus apoiadores, que são muito bem organizados nas redes sociais e atacam de maneira direta os jornalistas que divulgam informações que vão incomodar interesses do partido e do presidente.

E Colombié fala do período pós-eleição, com uma maior deterioração da relação com os jornalistas.